

Capítulo 2 – Os serviços de Informações no Brasil: a construção burocrática da rede.

Este capítulo tem como objetivo principal abordar a constituição e o funcionamento do sistema brasileiro de *Informações*.³⁸ O estudo das estruturas e das práticas exercidas dentro da “comunidade de informações” faz-se imprescindível para que seja possível compreender a construção do estigma que lhe foi atribuído.³⁹ Esclareçemos, contudo, que a intenção não é apenas apontar erros cometidos por estes órgãos. Este não é um trabalho denunciatório, e muito menos, busca minimizar os efeitos destes erros, conhecidos por grande parte da sociedade. Procuramos, precisamente, perceber os motivos que levaram tais órgãos a se inserirem no combate à subversão e a se confundirem com a própria segurança do país. Outro objetivo é demonstrar onde a construção da comunidade de informações no Brasil se diferenciou das comunidades de inteligência nas grandes potências, observadas no capítulo anterior.

Para este capítulo, o estabelecimento de um corte cronológico definitivo não foi viável. Dividir a atividade de informações no Brasil a partir de 1927 — quando foi abordada pela primeira vez de forma oficial — até 1990, — quando o SNI foi extinto — seria um corte por demais arbitrário. Este corte se daria em função da adoção do termo “inteligência” no debate público brasileiro, como forma de desvincular a nova agência a ser criada, dos órgãos de informações anteriores. Entretanto, a atividade de informações não pode ser tratada de modo uniforme.

Na área civil, foi em 1990 que o presidente Fernando Collor extinguiu o SNI e criou, subordinada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, a Subsecretaria de Inteligência. Mas na área militar, a partir de meados da década de 1980, já havia um interesse em associar os órgãos de informações a serviços de inteligência, como era feito na maioria dos

³⁸ Vale relembrar que o termo *informações* é a apropriação dada à atividade de inteligência no contexto brasileiro até 1990.

³⁹ Uso o termo “comunidade”, em função de ter sido amplamente utilizado para referir-se aos vários órgãos de informações criados a partir do governo militar.

grandes países ocidentais.⁴⁰ Muito antes da agência civil, os órgãos militares já tinham uma preocupação em desvincular suas agências de informações da atividade de segurança e repressão, da qual ficaram responsáveis a partir do final da década de 1960. Como veremos na Aeronáutica, por exemplo, alguns depoimentos levam a crer que a desvinculação e a reformulação das atribuições do CISA em função das necessidades exclusivas da força passou a ocorrer ainda no começo da década de 70. Deste modo, ainda que durante os anos mais duros do período de repressão estas agências civis e militares tenham se interligado profundamente, formando uma grande rede, elas devem ser analisadas separadamente.

O capítulo, deste modo, está dividido em duas seções: a primeira aborda o surgimento da atividade de informações civil no país, onde temos principalmente a construção do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Na segunda são apresentados os centros de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.⁴¹

Seção I

O Conselho de Defesa Nacional.

No Brasil, quando falamos em atividades de informações, normalmente nos lembramos do SNI, o que se justifica em função do poder que este órgão concentrou durante os anos do governo militar. Entretanto, o primeiro registro oficial relacionado a esta atividade remonta ainda ao mandato do presidente Washington Luís, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional. O Conselho foi instituído a partir do decreto 17.999 de 29 de novembro de 1927.⁴² Era um órgão de caráter consultivo que se reunia ordinariamente duas vezes por ano e tinha a função de estudar e coordenar as informações sobre “todas as

⁴⁰ A discussão sobre a pertinência do termo Inteligência pode ser observada no manual da Escola Superior de Guerra do ano de 1985.

⁴¹ As poucas informações que puderam ser coletadas sobre o funcionamento destes órgãos só puderam ser adquiridas a partir de militares que participaram de sua estrutura e isto vale para as três forças. Ainda não estão disponíveis outros documentos com os quais possamos confrontá-los. Mas como se tratavam de informações organizacionais, menos subjetivas, acreditamos que possam ao menos possibilitar uma certa noção do funcionamento destes centros.

⁴² Os documentos citados neste trabalho foram obtidos de várias formas. Através da assessoria do PT na Câmara do Deputados, do Núcleo de Documentação da Câmara, da assessoria e da biblioteca da ABIN, do Núcleo de Estudos Estratégicos, entre outros.

questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria.” Vale destacar que neste decreto já se detecta uma preocupação do Estado com a guarda e classificação dos documentos considerados relevantes para a defesa do país. Segundo seu artigo 8º, “todos os papéis, arquivos e mais objectos do Conselho ficarão sob a guarda e responsabilidade do Estado Maior do Exército, que os classificará.”⁴³

A criação do Conselho naquele momento tinha o objetivo de acompanhar e avaliar os agitados acontecimentos da década de 1920, pois não só o Brasil passava por um período de turbulências, com as pregações do movimento tenentista e o surgimento do movimento operário, como o mundo ainda se encontrava abalado com a vitoriosa revolução russa, além de estar enfrentando uma série de crises econômicas que culminou com a quebra da Bolsa de Valores em 1929.

Em 1934, após a regularização da condição de Getúlio Vargas como presidente do Brasil, houve uma nova organização no Conselho de Defesa Nacional, quando se criou a Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional.⁴⁴ A elas caberia a responsabilidade de centralizar as questões relativas à defesa do país em cada pasta. Neste mesmo ano, a denominação do Conselho de Defesa Nacional ainda foi alterada para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).

Após o golpe de Estado em 1937, Vargas decretou uma nova Constituição Federal, que em seu artigo 165 responsabilizava o novo Conselho de Segurança Nacional (CSN) pela coordenação dos estudos relacionados à segurança.⁴⁵ Durante o Estado Novo ainda houve uma nova redefinição de suas competências e organização. Como forma de auxiliar o Conselho no estudo das questões relativas à segurança nacional, foram criadas, em todos os ministérios civis, comissões de estudo, uma comissão especial de faixa de fronteira e uma Secretaria-Geral. De acordo com o depoimento do general Rubens Bayna Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República entre 1985 e 1990, o Conselho teve sua estrutura organizacional criada nos moldes do Conselho de Segurança Americano.⁴⁶ A

⁴³ No quinto capítulo faremos uma discussão sobre a atual política de proteção de informações brasileira.

⁴⁴ Decreto 23.873 de 15 de fevereiro de 1934.

⁴⁵ Artigo 165 da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937.

⁴⁶ Rubens Bayna Denys, 1998. (As entrevistas utilizadas neste trabalho foram quase todas coletadas pelo CPDOC, sendo que uma parte ainda é inédita e outra publicada. As inéditas serão indicadas pelo nome do entrevistado e pelo ano do depoimento. As que estão publicadas serão indicadas pelo nome do depoente, pela data de publicação dos livros e pela página onde são encontradas. Tais entrevistas constam em: D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-

Secretaria Geral ficava subordinada diretamente à presidência da República e tinha a importância de canalizar questões referentes ao Conselho e à comissão de estudos, além de servir de ligação com as demais seções de segurança dos ministérios civis.⁴⁷

Apesar de toda a mudança na legislação e na nomenclatura do Conselho não houve mudanças significativas no que diz respeito à atividade de informações. Como afirma Lúcio Sérgio, a “atividade permaneceu limitada ao espectro antes estabelecido na origem do Conselho de Defesa Nacional (1927), isto é, voltado para questões relativas à defesa da Pátria.”⁴⁸

A criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações - SFICI

Como visto no capítulo anterior, a partir do final da Segunda Guerra mundial a atividade de inteligência nas grandes potências ocidentais se desenvolveu de duas formas: autonomizou-se em relação ao *fazer a guerra*, tornando-se uma instituição permanente; e cresceu, em meio ao surgimento da Guerra Fria, como aparato criminal de investigação, que passou a recorrer ao uso das técnicas científicas para a resolução dos problemas de subversão ideológica.⁴⁹ Os órgãos de inteligência também se tornaram responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas.

O começo da Guerra Fria, de certa forma, obrigou a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança nacional, reformulando e criando suas agências de inteligência, de acordo com suas perspectivas ideológicas. Os dois grandes eixos, Estados Unidos e União Soviética, começaram a exportar homens e técnicas de treinamento na área de inteligência para os países sobre os quais exerciam influência.

No Brasil concluiu-se que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional não era um órgão preparado para esta nova dinâmica internacional. Era necessária a criação de um órgão que tivesse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à

Dumará, 1994 e D'ARAUJO, M. C. , SOARES, G. A. D., CASTRO, C. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁴⁷ Decreto-lei 4783 de 5 de outubro de 1942

⁴⁸ OLIVEIRA. *A história da atividade de inteligência no Brasil*, p.25.

⁴⁹ Por grandes potências ocidentais nos referimos principalmente aos EUA, Inglaterra e França, e por subversão, compreende-se o uso sistemático da violência para mudar um ordenamento constitucional.

defesa do país de forma sistemática e permanente e que tivesse suas atribuições precisamente definidas. Até então, as seções de Segurança Nacional haviam permanecido, segundo o coronel Ary Pires, ex-funcionário da Secretaria Geral,

*absolutamente inativas (...) outras desvirtuaram-se de sua finalidade ou por não terem contado com o prestígio dos titulares das Pastas ou por se terem absorvido nas soluções de problemas administrativos normais sem maior importância.*⁵⁰

Procurou-se reestruturar a organização do Conselho de Segurança Nacional de forma a sanar suas deficiências. De acordo com o decreto-lei 9.775 de 6 de outubro de 1946 o presidente da República passou a ser o responsável por estabelecer as bases de um plano de guerra. Como parte desta diretriz, o presidente Dutra, através do decreto 9.775-A, dividiu a Secretaria Geral em três seções. Nesta divisão coube particularmente à Segunda Seção coordenar os serviços de informação e contra-informação, que seriam de responsabilidade do SFICI, “organismo componente da estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que passaria a ter o encargo de tratar das informações no Brasil.”⁵¹ Também eram funções da Segunda Seção: organizar a propaganda e contra-propaganda no que interessasse ao Plano-Político Exterior e organizar a defesa do próprio sistema econômico, coordenando as medidas para a contra-espionagem e contra-propaganda no que interessasse ao plano econômico.

Foi a primeira vez que se estabeleceu no país, oficialmente, a preocupação com a contra-espionagem e a contra-informação, não obstante a efetivação do SFICI, como órgão produtor de informações, somente viria a ocorrer quase doze anos depois, durante o governo Juscelino Kubitschek.

Neste intervalo, foi novamente regulamentada a salvaguarda de informações que interessassem à segurança nacional. Na realidade, o Decreto 27.583 de 14 de Dezembro de 1949 foi o primeiro instrumento legal a ter como objetivo principal proteger e classificar as informações julgadas pelo Estado brasileiro como sensíveis para a sua segurança.

A partir de 1956, com o acirramento da Guerra Fria, a atividade de informações passou a receber um novo tratamento por parte das autoridades governamentais. Foi

⁵⁰ OLIVEIRA. *A história da atividade de inteligência no Brasil*, p.27.

⁵¹ Decreto-lei 9.775 A de 6 de setembro de 1946.

quando o presidente Juscelino Kubistchek indicou o general Humberto Melo para ativar o SFICI. De acordo com o depoimento do general Rubem Denys, que juntamente com o general Humberto Melo foi um dos responsáveis pela ativação desse órgão, haveria um compromisso do governo brasileiro com o governo americano de se criar um serviço nos moldes da CIA (*Central Intelligence Agency*).⁵² A criação de uma agência de informações no Brasil fazia parte de uma estratégia de fortalecimento das estruturas dos estados integrantes das OEA (Organização dos Estados Americanos) que era de extremo interesse para o governo americano. Este, além de prestigiar sua criação, teria dado todo o apoio e assistência necessários à construção da agência no Brasil.⁵³

Ainda segundo o general Denys, quatro pessoas foram enviadas aos Estados Unidos no ano de 1956 com a intenção de compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de informações norte-americanos: o coronel Humberto Souza Melo, o major Knack de Souza, o delegado de polícia José Henrique Soares e o então capitão Rubens Denys. Participaram de reuniões no Departamento de Estado americano, na CIA e no FBI, onde professores e instrutores os orientaram sobre o modo de organizar e montar um serviço de inteligência.

A partir de então, afirma o general, o SFICI começou a ser organizado dentro da 2ª Seção da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e tinha como Secretário-Geral o general Nelson de Melo, chefe do Gabinete Militar do presidente Juscelino. Ficava localizado no 10º andar do edifício Inúbia na avenida Presidente Wilson, cujas instalações foram cedidas pela Comissão do Vale do São Francisco e contava com quase 60 funcionários, entre civis e militares das três forças.⁵⁴

O general Denys ficou responsável pela organização dos arquivos da Secretaria, onde, de acordo com ele, os documentos eram organizados por áreas e pessoas. As fichas arquivadas diziam respeito a pessoas eminentes no meio político e social. Segundo exemplos do general,

o Lacerda, que era muito radical de direita, teve a sua ficha aberta lá. O Antônio [Francisco] Julião e o Miguel Arraes, que eram radicais de

⁵² Rubens Denys, 1998.

⁵³ Rubens Denys, 1998.

⁵⁴ Rubens Denys, 1998.

*esquerda, assim como todas as pessoas ilustres, conhecidas, tinham que ter uma ficha para a gente ter esses dados, independentemente das ideologias.*⁵⁵

As fichas seriam arquivadas por partidos, por agremiações políticas, por sindicatos, por atividades de repercussão nacional e por área geográfica. Segundo Denys, a responsabilidade pela organização da parte política do serviço e pela parte estratégia de montagem do serviço coube ao coronel Humberto de Melo, ao major Knack de Sousa, e posteriormente, ao coronel Canepa Linhares.

O depoimento do general leva a crer que durante toda a existência do SFICI sua parte operacional permaneceu em estado embrionário. O que havia, segundo ele, era uma perspectiva de se criar uma agência central nos moldes da CIA, para, posteriormente, criar uma agência operacional. Esta parte operacional atuaria dentro do país, juntamente com uma Polícia Federal, e fora do país, com o apoio do serviço diplomático.⁵⁶ Os dados de informações de âmbito governamental federal seriam obtidos nos Ministérios, através de ligações com a agência central, e no âmbito estadual, pelos serviços de informações que seriam criados pela Polícia Federal. Segundo Denys,

*quando, na área da informação, se apurasse algo que constituísse crime contra o Estado, por alguma razão — corrupção, segurança, seja o que for —, isto teria que ser investigado e processado judicialmente. Enquanto isso, a informação sobre o fato seguiria pelos canais de informação até a Agência Central de Informações.*⁵⁷

A proposta era de que com o amadurecimento da agência ela se desligaria da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e se tornaria um órgão autônomo, subordinado diretamente à Presidência da República. Esta concepção tinha como modelo a organização norte-americana, em que a CIA e a Secretaria de Conselho de Segurança ficavam subordinados à presidência e integravam a estrutura de planejamento estratégico do país.

⁵⁵ Rubens Denys, 1998.

⁵⁶ No Brasil não havia uma polícia federal organizada, o que havia era apenas um Departamento Federal de Segurança Pública no Distrito Federal. A criação de uma Polícia Federal ficou sob a responsabilidade do coronel Amerino Raposo.

⁵⁷ Rubens Denys, 1998.

Foi elaborado dentro desta perspectiva o decreto 44.489/A, publicado em 15 de setembro de 1958, que aprovava um novo regimento interno para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. A Secretaria ficou responsável por “dirigir, coordenar e orientar as atividades de informações de interesses para a segurança nacional, além de realizar os estudos necessários para que o governo pudesse estabelecer as linhas de sua Ação Política de Segurança.” Ela permaneceu dividida em um Gabinete, 3 seções e o SFICI.

A estrutura do SFICI ficou formada por 4 subseções: uma subseção responsável por questões exteriores, a quem cabia proceder aos levantamentos estratégicos das áreas que lhe eram determinadas; uma dedicada a questões interiores, responsável por pesquisar e fazer o levantamento das potencialidades nacionais; uma subseção de operações, responsável, principalmente, por colaborar com outros órgãos governamentais no planejamento de suas operações, quando fosse solicitado ao SFICI e uma subseção voltada para a segurança interna. Constata-se também que já no governo Juscelino Kubitschek havia uma grande preocupação com os movimentos considerados de esquerda. Cabia à Subseção de Segurança Interna (SSI) pesquisar e informar sobre possibilidades de ocorrências subversivas de qualquer natureza; acompanhar a dinâmica dos partidos políticos; elaborar estudos sobre as suas tendências e influências em relação à Política Nacional, além de realizar o levantamento e manter em dia a situação das principais organizações sociais de classe. Ao setor de contra-informações coube a função de manter em dia o levantamento das atividades de pessoas físicas ou jurídicas que poderiam ter atividades contrárias aos interesses nacionais; manter em dia o levantamento da situação de agências que exploravam no país as comunicações de qualquer natureza; bem como participar do planejamento de contra-propaganda. Segundo o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel, estas subseções de segurança que foram criadas no SFICI funcionavam, praticamente, como seções de informações e contra-informações.⁵⁸

O governo aprovou outro regimento interno para a Secretaria Geral do CSN em dezembro de 1956.⁵⁹ A partir deste decreto a Secretaria Geral ficou responsável por

⁵⁸ D'ARAUJO Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.187.

⁵⁹ Decreto 45.040 de 06 de dezembro de 1958.

elaborar um Conceito Estratégico Nacional e por orientar a busca de informações que interessassem à Segurança Nacional e criou uma Junta Coordenadora de Informações, a quem caberia o delineamento das informações que deveriam ser consideradas relevantes à segurança do país. Segundo o parágrafo primeiro do artigo quarto,

as informações [de interesse para a Segurança Nacional] serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela Junta Coordenadora de Informações.

A Junta Coordenadora de Informações somente foi regulamentada no ano seguinte através do decreto 46.508-A.⁶⁰ Era presidida pelo Secretário Geral do CSN e formada por integrantes dos Estados Maiores dos ministérios militares, do EMFA, dos ministérios civis, do Departamento Federal de Segurança Pública e pelo chefe do Gabinete da Secretaria Geral do CSN. A ela cabia definir a responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais, entre outros, junto ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informações.

Dentro da perspectiva de se criar uma agência central autônoma, o SFICI foi desagregado da Segunda Seção e vinculado diretamente ao secretário-geral. Ainda que não fosse o desejável, ele já adquiria uma maior autonomia para a condução e coordenação das atividades relacionadas a informações.

De alguma forma, no começo da década de 60, o SFICI já se encontrava estruturado. De acordo com uma declaração feita pelo coronel Ary Pires, encontrada no livro *História da atividade da Inteligência*, o SFICI, no ano de 1960, já se encontrava muito bem estruturado. Em seus registros, o coronel Pires afirma que o SFICI havia sido

estruturado nos moldes dos congêneres de países mais experimentados e [já se encontrava] em condições de atender aos múltiplos e variados aspectos da realidade brasileira, já apresenta um acervo de trabalhos dos mais fecundos e eficientes propiciando elementos essenciais às decisões do Governo, através dos órgãos da alta administração Pública do País.⁶¹

Outras informações sobre o SFICI ainda podem ser encontradas no livro. Segundo o depoimento do suboficial da Marinha de Guerra, Raimundo de Souza Bastos, ali contido,

⁶⁰ Decreto 46.508/A de 20 de julho de 1959.

⁶¹ OLIVEIRA. *A História da atividade de Inteligência no Brasil*, p.36.

as transmissões feitas pela SFICI naquele período eram consideradas muito seguras, uma vez que eram utilizados os “mais modernos equipamentos de comunicação.”⁶² Raimundo era especialista em comunicações e eletrônica e trabalhava na Seção de Comunicações do SFICI, que funcionava na rua México, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela época, o SFICI funcionava no antigo prédio da Casa da Borracha, na avenida Rio Branco com Uruguaiana e ainda contava com uma seção de operações na av. Presidente Wilson.

É interessante destacar que estas duas perspectivas são totalmente contrárias às outras opiniões dadas anteriormente sobre a competência do SFICI. A quase inoperância deste Serviço é um ponto praticamente comum entre os oficiais que depuseram. Segundo o depoimento do general Carlos Tinoco, chefe do EME durante o governo José Sarney e que em meados de 64 participou da operação de ocupação das dependências do SFICI, o serviço não tinha praticamente nenhum peso. “As informações àquela época eram coletadas de forma muito primária, funcionavam em função de recortes de jornais.”⁶³ O general Tinoco não acredita que os dossiês ali encontrados tivessem, realmente, alguma confiabilidade. O general Ênio Pinheiro, que anos mais tarde seria chefe da Agência Central do SNI e o responsável pela criação da Escola Nacional de Informações, também afirma que o SFICI não foi um grande serviço. De acordo com seu depoimento, o SFICI “apenas fazia estudos de todos os conhecimentos humanos que o presidente precisava, para tomar decisões.”⁶⁴

Percebe-se que a diferença é encontrada entre os depoimentos dos que tiveram uma participação ativa junto ao SFICI e entre as pessoas que tiveram contato com sua estrutura após a criação do SNI. Os que atuaram na agência afirmam que ela funcionava muito bem, que estava muito bem estruturada e equipada, e os que a ocuparam após o golpe, alegam que o serviço não funcionava de forma eficaz. Entre boa parte da oficialidade, inclusive, permanece a hipótese de que a queda de João Goulart se deveu justamente ao fato de não haver uma agência ativa, responsável pela coleta e análise de informações.

Acreditamos ser difícil estabelecer o grau de eficácia do SFICI. Entretanto, a principal questão a ser considerada em relação à atuação do Serviço no começo da década

⁶² OLIVEIRA. *A História da atividade de Inteligência no Brasil*, p.38.

⁶³ Carlos Tinoco, 1998.

⁶⁴ Ênio Pinheiro, 1994. p.128.

de 1960 é a interesse de quem a agência funcionava. Não se justifica a hipótese da queda do governo Goulart em função da ineficiência do SFICI. O golpe estava sendo articulado principalmente por militares, ainda que contasse com grande apoio da sociedade civil e eram militares os que praticamente monopolizavam a atividade de inteligência do país. Cabe refletir se o serviço era realmente ineficiente ou se não seria de seu interesse manter o governo alheio a uma parte de sua produção de informações.

Em pronunciamento realizado em 18 de maio de 1994, durante o I Seminário de Inteligência promovido pela Câmara dos Deputados, o professor Oliveiros Ferreira que trabalhava com o general Alberto Bittencourt em 1964 afirmou ter ouvido deste general que o Conselho de Segurança Nacional sabia sobre a conspiração: “eu me lembro do general Bittencourt falando em março de 1964 ‘eu não entendo que no Conselho estavam registrados todos os telefonemas trocados entre todos os conspiradores. Havia tudo sobre a conspiração, o nome de todos e ninguém fez nada.’”

Um artigo publicado recentemente na imprensa brasileira procurou envolver o SFICI na derrubada do presidente Goulart. A matéria apresentada no jornal *O Estado de São Paulo* em 28 de maio de 2000 sugere o envolvimento do SFICI na articulação do golpe de 1964, tendo como fonte uma “Informação Confidencial 2/63” com timbre da Presidência da República. Embora o título da matéria seja “Serviço de informações atuou na derrubada de João Goulart” e no decorrer do texto seja afirmado que o SFICI sabia da articulação do golpe mas não quis fazer nada, a documentação não comprova este envolvimento. Apenas faz referências à críticas elaboradas por membros do SFICI ao governo Goulart. Permanece assim a dúvida acerca da ineficácia do SFICI ou do desinteresse de alguns de seus servidores em manter a Presidência da República a par da situação política do país.

Serviço Nacional de Informações - SNI

Logo após o golpe militar de 1964, o general Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Humberto de Alencar Castello Branco que apresentasse ao Congresso um projeto para a criação de um novo serviço de informações. A perspectiva vigente era de que

necessitava-se de uma sólida instituição de informações para permitir a consolidação do novo regime. Em 11 de maio de 1964, o presidente Castello Branco apresentou o projeto que criava o Serviço Nacional e Informações (SNI).⁶⁵

O presidente destacou em sua exposição de motivos a necessidade do órgão, uma vez que a gestão dos negócios do Estado “requeria informações seguras.” Castello afirmou que o SFICI não se encontrava apto a desempenhar as funções que lhe cabia, pois faltavam-lhe “as facilidades e a autoridade indispensável para estabelecer as relações entre os diversos níveis da administração pública.”⁶⁶ Destacou também a dificuldade operacional que o SFICI encontrava para coordenar a coleta e análise de informações, enquanto órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional.

Antes mesmo da aprovação da lei que criava o SNI, o general Golbery do Couto e Silva, que viria a ser o primeiro ministro-chefe do SNI, já ocupava a sala 17 do Palácio do Planalto. Segundo o depoimento do general Moraes Rego, sala que ficaria muito conhecida na história do SNI.⁶⁷

A lei que criava o SNI foi aprovada em 13 de junho de 1964.⁶⁸ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi instituído como órgão diretamente subordinado à Presidência da República e operaria em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com esta lei, o SNI tinha a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação no país, em particular, as que interessassem à Segurança Nacional. Tinha como prioridades:

*subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações; estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com os governos de Estados, com entidades privadas e quando for o caso com as administrações municipais; proceder à coleta, avaliação, integração das informações em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos do CSN; promover a difusão adequada das informações.*⁶⁹

O SNI incorporou todo o acervo do SFICI, inclusive os funcionários civis e militares que nele exerciam funções e ficou isento de quaisquer prescrições que

⁶⁵ Projeto Lei 01968 de 11 de maio de 1964.

⁶⁶ OLIVEIRA. *A História da atividade de Inteligência no Brasil*, p.48.

⁶⁷ Moraes Rego, 1994. p.148.

⁶⁸ Lei 4341 de 13 de junho de 1964.

⁶⁹ Lei 4341 de 13 de junho de 1964.

determinassem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos. De acordo com a lei, o chefe do SNI teria sua nomeação sujeita à aprovação prévia do Senado Federal e teria prerrogativas de ministro. O ministro-em-chefe do SNI não tinha poder de veto, considerado uma atribuição exclusiva dos ministros.

Caberia à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional apoiar financeiramente e materialmente o funcionamento das agências regionais durante aquele ano. Como naquela época o Rio de Janeiro era ainda considerado a capital política do país, a agência central do SNI permaneceu nesta cidade, sob a chefia do então coronel João Baptista Figueiredo. Também a integravam os tenentes coronéis Otávio Aguiar Medeiros e José Luiz Coelho Netto.

Segundo o depoimento do general Octávio Costa, chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) durante o governo Médici, coube ao coronel Figueiredo, naquele momento, “produzir informações referentes à estabilidade do movimento revolucionário.”⁷⁰

Após uma relativa estabilização do regime foi aprovado o regulamento do SNI, através do decreto 55.194 de 10 de dezembro de 1964. Um novo e importante item foi acrescentado neste regulamento, em relação ao seu decreto de criação, que merece ser destacado. Segundo seu artigo 5º, o SNI seria compreendido por uma agência central com sede no Distrito Federal e por “Agências Regionais, tantas quantas necessárias, com sede em capitais dos Estados ou cidades importantes.” Ou seja, o SNI foi criado de forma flexível, que o possibilitava adaptar-se às novas conjunturas que fossem surgindo. Esta plasticidade de sua estrutura possibilitou ao serviço criar um verdadeiro complexo de informações. Em princípio, foram criadas as agências do Rio, depois Brasília e São Paulo, sendo que a responsabilidade pela implantação das duas últimas ficou a cargo do general Ênio Pinheiro. Ele havia servido na 2ª subseção do Estado Maior do Exército, órgão responsável pela área de informações dentro das Forças Armadas. Posteriormente, foram criadas agências em várias capitais do país.

A agência Central era a responsável pelo processo de triagem da grande massa de informações que eram recolhidas pelo SNI. De acordo com o decreto 55.194, compreendia uma chefia, uma seção de informações estratégicas, uma seção de segurança interna e uma

⁷⁰ Otávio Costa, 1994. p.260.

seção de operações especiais. À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. Antes da criação do SNI, as Divisões de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Federal eram as agências operacionais responsáveis por questões relativas à segurança interna. Segundo o depoimento do coronel Amerino Raposo, que trabalhava no SNI e foi alocado no Departamento Federal de Segurança Pública para reestruturar a Polícia Federal, os diretores do DOPS normalmente eram coronéis que vinham da 2ª seção das regiões militares, aquelas responsáveis pelo serviço de informações e contra-informações dentro das Forças Armadas.

Com a diferença de ter um número de efetivos bem menor do que a Agência Central, as agências regionais também eram divididas desta mesma forma. Seus efetivos, de acordo com a grande parte dos depoentes, foram recrutados inicialmente na área militar, tanto da ativa quanto da reserva e a força que tinha maior presença era o Exército. Alguns civis também foram inicialmente contratados, mas normalmente para desenvolver atividades específicas, como escrivães etc. De acordo com o general Moraes Rego Reis, isto era compreensível, uma vez que o prazo de implantação do serviço era curto e que os militares eram os únicos com alguma experiência na área.⁷¹

Em julho de 1967 foi aprovado um novo regulamento para o SNI, que teve sua estrutura ampliada.⁷² O decreto transformou as antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis - órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional - em Divisão de Segurança e Informações (DSI's). As ASI's, Assessorias de Segurança e Informações, instaladas em diversas instituições públicas, e as DSI's, nos ministérios cíveis, ficaram como órgãos complementares que compunham o Serviço Nacional de Informações

⁷¹ Moraes Rego, 1994. p.150.

⁷² Decreto 60.940 de 4 de julho de 1967.

Também neste ano foi regulamentada a salvaguarda de assuntos sigilosos. O Decreto 60.417 de 11 de março de 1967 que aprovou o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS) buscou adequar a política de sigilo governamental à nova conjuntura política nacional, substituindo o antigo decreto publicado em 1949.

Até 1967 o SNI tinha como objetivo principal coletar e produzir informações, organizá-las na Agência Central, para torná-las disponíveis à Presidência da República e à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Antes da inserção dos serviços de informações no combate à luta armada, que passou a se desenvolver principalmente a partir do final de 1968, a Secretaria Geral tinha um papel muito importante junto ao Sistema Nacional de Informações. Há até mesmo quem diga que até então a Secretaria Geral poderia ser considerada a cabeça do sistema.⁷³

Mas com o começo da luta armada e o endurecimento do regime no final de 1968 houve uma grande transformação na área de informações. Nas Forças Armadas foram criados serviços de informações em função deste combate, e o SNI, para atender estas novas demandas criadas pela oposição, expandiu-se de forma vertiginosa.⁷⁴ Passou a ser um órgão super prestigiado, o cabeça da grande rede em que se transformaram os serviços de informações no período militar, quando passou a contar com recursos ainda maiores para o desempenho de suas missões.

No começo do governo Médici o Poder Executivo criou um Plano Nacional de Informações com o objetivo de otimizar a coleta e disseminação de informações. O Plano foi uma iniciativa da Agência Central e buscava coordenar e fixar as prioridades do Sistema Nacional de Informações, estabelecendo os canais de exploração e regulando os fluxos de informações. Tinha como base os objetivos nacionais permanentes, traçados pelo presidente da República e pelo Conselho de Segurança Nacional.⁷⁵ O primeiro PNI foi elaborado pelo general Carlos Alberto Fontoura, que naquele período era o responsável pelo SNI. Segundo seu depoimento, muita gente colaborou na elaboração do plano, que foi

⁷³ Como é o caso do general Rubens Denys.

⁷⁴ A criação dos Serviços de Informações das Forças armadas será discutida na segunda seção deste capítulo.

⁷⁵ Decreto 66.732 de 16 de junho de 1970.

cumprido dentro das possibilidades, “às vezes com falha, às vezes com erros, mas de uma maneira geral foi bem cumprido.”⁷⁶

De acordo com o general Ênio Pinheiro dos Santos, um dos pontos mais importantes estabelecidos pelo Plano Nacional de Informações era o que atribuía ao SNI a responsabilidade de elaborar uma *doutrina nacional de informações*.⁷⁷ Este item teria criado um novo problema, pois não sabiam a quem atribuir, dentro do SNI, a responsabilidade pela elaboração da doutrina. Segundo ele, a Agência Central não poderia ser responsabilizada, pois estava diretamente ligada à Presidência. O ideal seria que a doutrina ficasse sob a responsabilidade do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA, “pois podia se ligar tanto ao comando civil quanto ao militar.” Mas, de acordo com o general, o almirante responsável pelo EMFA naquele momento achou que esta seria uma tarefa muito grande para o Estado Maior. O almirante propôs ao presidente que a responsabilidade pela doutrina nacional de informações fosse dada à Escola Nacional de Informações a ser criada.⁷⁸

Paralelamente à necessidade de uma agência responsável pela elaboração da Doutrina Nacional de Informações, oficiais responsáveis pela atividade de informações se encontravam extremamente preocupados com a qualificação de seus agentes, que até então era feita principalmente no exterior. Havia poucas alternativas na área de treinamento de informações no Brasil. Na Escola Superior de Guerra, antes mesmo de 1964, funcionava um curso de informações considerado de bom nível, mas que não abordava necessariamente a área de operações e contra-informações. Segundo o sociólogo João Valle, a ESG contava apenas com colaboradores “que formulavam teorias ideológicas abstratas relativas ao papel das Forças Armadas no contexto sócio-político vigente.”⁷⁹

No Exército havia o Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP) que funcionava no forte de Duque de Caxias, no Leme. O CEP é uma escola e um centro de pesquisas, que segundo o general Octávio Costa, foi inspirado na ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), na Fundação Getúlio Vargas e em alguns cursinhos que funcionavam

⁷⁶ Carlos Alberto Fontoura foi chefe do Estado Maior do Exército entre 1967 e 1969 e chefe do SNI entre 1969 e 1974. Carlos Alberto Fontoura, 1994. p.90.

⁷⁷ Ênio Pinheiro, 1994. p.132.

⁷⁸ Ênio Pinheiro, 1994. p.132.

⁷⁹ VALLE, João. *Um estudo sobre o SNI*. Rio de Janeiro: Departamento de Sociologia e Política da PUC/RJ, 1998. (Monografia, bacharelado desenvolvido no âmbito do projeto “Democracia e Forças Armadas”)

isoladamente. Em seu quadro próprio, ao invés de professores, havia coordenadores de ensino, professores vinham de outras instituições. O CEP criou cursos de informações para oficiais e sargentos e começou a formar regularmente os especialistas para equipar os órgãos de informações, o SNI e o Centro de Inteligência do Exército.⁸⁰

Tanto na ESG quanto no CEP as noções de informações ainda eram muito primárias e os militares tiveram a percepção de que não davam conta das novas demandas criadas pela oposição ao regime. O SNI encontrava-se extremamente militarizado e já tinham sido criados os Serviços de Informações nas Forças Armadas para combater a contestação armada. Entretanto, a guerra de guerrilhas era algo extremamente novo para a área de informações e os militares viram que era preciso recorrer ao uso de novas técnicas como forma de superar este combate.

Portanto, na expectativa de solucionar o problema da elaboração da Doutrina Nacional de Informações e de capacitação dos agentes da área de informações, foi dada autorização para que se elaborasse a Escola Nacional de Informações.

O general Alberto Fontoura reuniu uma série de oficiais, segundo ele, “recrutada nos melhores quadros das Forças Armadas” e enviou-os para o exterior, com o objetivo de estudarem teoria sobre a área de informações.⁸¹ Foram enviados à Alemanha, França e, sobretudo, aos EUA e Inglaterra para estudarem técnicas de interrogatório. Estes oficiais se tornariam os futuros instrutores da escola.

O general Ênio Pinheiro fazia parte deste grupo enviado ao exterior e foi designado como o responsável pela criação da ESNI.⁸² Segundo orientações do general Fontoura, a escola deveria ser criada em Brasília, tinha que ser formada por civis e militares e o prazo para que fosse definitivamente instalada era de cinco anos.

Desta forma, através do Decreto 68.448, 31 de março de 1971, criou-se a ESNI, com sede em Brasília e subordinada diretamente à Presidência da República. A ESNI absorveu todos os cursos e estágios relacionados à área de informações do CEP e da ESG. Ela tinha por finalidade:

⁸⁰ Octávio Costa, 1994. p.263.

⁸¹ Alberto Fontoura, 1994. p.95.

⁸² Durante o governo Costa e Silva, o general Ênio Pinheiro organizou a Agência Central do Serviço Nacional de Informações AG/SNI em Brasília e criou a Escola Nacional de Informações - ESNI.

- a) preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações
- b) cooperar no desenvolvimento da Doutrina Nacional de Informações
- c) realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do SISNI.

De acordo com o depoimento de alguns militares, como é o caso do general Ivan Mendes, por exemplo, a ESNI foi uma escola super dimensionada, não obstante fosse “uma escola excelente e de alta qualidade.”⁸³ Criada com recursos enormes, foi construída no setor policial de Brasília e equipada com o que havia de mais moderno em instrumentos eletrônicos. A Escola possui até um *stand* de tiro subterrâneo. Segundo o general Ênio, lá funcionavam os cursos de línguas como inglês, francês, alemão, italiano, chinês e russo, além de três outros cursos: o curso de analista de informações da ESG, que de acordo com ele era o mais sofisticado; o curso que veio transferido do CEP; e o curso da própria ESNI. Cada um durava cerca de um ano. Havia ainda um outro curso direcionado aos ministros e secretários de Estado, que tinha uma duração de 2 dias e ensinava a estas pessoas a lidarem com as informações que lhes eram repassadas.

No que diz respeito à elaboração teórica e estrutural da Escola, o general Ênio contou com o amplo apoio dos norte-americanos. Foi-lhe oferecido um curso de 6 meses no FBI e na CIA, do qual também participou o almirante Sérgio Dórvy. Segundo seu depoimento, foi da documentação trazida destes cursos que se tirou as bases para a estruturação da agência. Foram dadas umas “pinçadas” nos documentos trazidos e ele foi “fazendo os documentos baseados nos documentos americanos sem citar a fonte.”⁸⁴

Desde o momento de sua criação a ESNI se empenhou na elaboração de uma doutrina para a área de informações. O Gabinete do Serviço Nacional de Informações (GAB/SNI) através da Portaria 626 de 10 de dezembro de 1976 publicou o primeiro Manual de Informações da ESNI, que segundo o general Ênio, regulamentava a doutrina que já vinha sendo usada em caráter experimental desde 1973.

⁸³ Ivan Mendes, 1995. p.163.

⁸⁴ Ênio Pinheiro, 1994. p.135.

O curso de informações foi ministrado durante toda a década de 70 e formava cerca de 120 pessoas por ano. De acordo com os depoentes, aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos formandos eram civis. Estas pessoas foram aproveitadas pelo SNI nos vários níveis de sua estrutura.

Com o fim da guerrilha do Araguaia em 1974, encerrou-se um período de enfrentamento armado que havia se desenvolvido desde o final do ano de 1968, obrigando o país a rever alguns de seus pressupostos relacionados à segurança nacional e à doutrina nacional de informações. Em janeiro de 1977 o Decreto 79.099, novamente regulamentava a salvaguarda de assuntos sigilosos, adequando-a à nova conjuntura política.

No final da década de 70 esperava-se que houvesse um retrocesso em relação à estrutura do SNI, uma vez que o combate a luta armada já estava concluído. Mas ao contrário do que se esperava, durante o governo João Baptista Figueiredo (que havia chefiado o SNI de 1974 a 1978) o SNI teve expansão substancial. Seu chefe durante o governo Figueiredo era o general Octávio Medeiros, estando a Agência Central sob a chefia do general Newton Cruz. Medeiros chefiou o SNI com amplo apoio do presidente, recebendo todos os recursos humanos e financeiros que achou necessário. Segundo o depoimento do general Octávio Costa, depoimento com o qual boa parte dos oficiais concorda, o SNI de Medeiros teve um poder extraordinário, sendo considerado algo como uma 4ª força armada.⁸⁵

O SNI montou um serviço médico próprio, que lhe permitia prescindir do serviço médico das Forças Armadas, a Agência Central em Brasília criou uma tropa de operações especiais formada por pára-quedistas e foi montado dentro do setor policial em Brasília, a Prólogo, indústria que, segundo o general Carlos Tinoco, havia sido criada por influência da Secretaria de Informática da Presidência da República ainda no governo Geisel.⁸⁶ No governo Figueiredo o SNI criou também o CEPESC - Centro de Pesquisa de Segurança de Comunicações, que mantinha uma estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores, sobretudo na parte de códigos⁸⁷. O SNI chegou até mesmo a montar um estúdio de televisão em Brasília, no qual o presidente Figueiredo fazia seus pronunciamentos.

⁸⁵ As opiniões de militares relacionadas ao crescimento do SNI são encontradas In: D'ARAUJO, SOARES e CASTRO *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, 1995.

⁸⁶ A Prólogo passou a desenvolver no Brasil a tecnologia dos cartões magnéticos e da criptografia.

⁸⁷ O general Carlos Tinoco, chefe do EMFA em 1987 extinguiu a Prólogo, sendo que seus resíduos foram repassados à IMBEL — Indústria de Material Bélico do Brasil, criada em 1975, incluindo suas dívidas trabalhistas. O CEPESC hoje se encontra alocado na ABIN.

Como declarou o general Octávio Costa, o general Medeiros conseguiu reunir no SNI a inteligência da engenharia militar, dando-lhe um excepcional poder tecnológico.⁸⁸

Uma das poucas mudanças ocorridas no SNI, se deu em seu quadro estrutural, mas foi de grande importância para a redução da presença e limitação do poder das Forças Armadas dentro do SNI. Em primeiro lugar, foi reduzido a dois anos o tempo de permanência de oficiais do Exército da ativa dentro do SNI e em segundo, reduziu-se de general para coronel a patente dos ocupantes dos cargos de sub-chefe da Agência Central e de chefe das delegacias do Rio e de São Paulo.⁸⁹

Não obstante estas mudanças, o SNI no governo Figueiredo conseguiu se expandir de forma nunca vista e obteve grandes vantagens pecuniárias.⁹⁰ Mesmo após o fim do regime militar, continuou a contar com uma grande parcela de recursos da União e a receber fundos superiores aos dos demais ministérios.⁹¹

No final do mandato do presidente João Baptista Figueiredo houve a eleição do primeiro presidente civil no país, após vinte e um anos de regime militar. Tancredo Neves, candidato eleito do Partido da Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), impossibilitado de assumir a presidência da República devido a problemas de saúde, foi substituído por José Sarney, antigo colaborador do regime militar.

Durante o governo Sarney, o chefe do SNI era o general Ivan de Souza Mendes. Naquele momento o perigo do inimigo interno, a luta armada e a ameaça do comunismo internacional era algo realmente superado e a Guerra Fria mostrava seus sinais de decadência. De acordo com o general Ivan, o SNI, que tinha como um dos objetivos principais garantir a segurança do Estado, foi obrigado a rever suas posturas. Começou-se a preocupar com uma série de questões relacionadas a problemas externos, como espionagem internacional, industrial, problemas de fronteira, entre outros.⁹²

⁸⁸ Octávio Costa, 1995. p.118.

⁸⁹ GÓES, Walder de. Militares e Política, uma estratégia para a democracia. In: REIS, Fábio e O'DONNELL, Guilherme (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1998. p.236.

⁹⁰ Segundo o depoimento do general Rubens Denys, houve uma época em que servir no SNI proporcionava méritos e contava, inclusive, para missões no exterior. O pessoal mais prestigiado nas Forças Armadas seria aquele que servia ao SNI e nas atividades de informações.

⁹¹ Informações sobre o orçamento do SNI ver: BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

⁹² Segundo seu depoimento, naquela época havia atividades estrangeiras dos EUA, Holanda e França no Brasil. No caso Holandês, devido a problemas com o Suriname e da França, a problemas relacionados à Guiana.

Em virtude desta concepção, procurou-se, de certa forma, compatibilizar a estrutura do SNI à nova realidade internacional. Não podemos afirmar que houve um corte no que vinha sendo feito, mas como disse o brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, ex-ministro da Aeronáutica durante o governo Fernando Collor, houve “um processo de refreamento da atividade de informações.”⁹³ O general Ivan procurou, segundo suas palavras, “dosar adequadamente o emprego dos meios que eu tinha para a atividade de informações e dei maior importância às informações externas.”⁹⁴

Não há, por enquanto, como apurar com rigor as mudanças ocorridas dentro do SNI nos primeiros anos da Nova República. Segundo ex-funcionários do SNI e alguns oficiais, o SNI passava por complexas mudanças quando ocorreu sua extinção em 1990. Estas mudanças faziam parte do chamado *Projeto SNI*.⁹⁵ Como parte deste projeto, o presidente Sarney transformou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN)⁹⁶ e aprovou um novo regulamento para o SNI, onde já é encontrada uma referência ao *habeas data*. De acordo com o Parágrafo único do inciso XIII do IV Capítulo:

Compete, privativamente ao Ministro Chefe do SNI autorizar o fornecimento de informações porventura existentes nos registros do SNI, relativas àqueles que as solicitarem e decidir quanto aos pedidos de retificação, feitos pelos próprios interessados.

O general foi o responsável pela elaboração de um novo Manual de Informações aprovado em março de 1989, cujo texto concebe uma nova definição para o conceito de *informações*.

*A atividade de Informações é desenvolvida pelo organismo de Informações, constituindo o exercício sistemático de ações especializadas orientadas para a produção da salvaguarda de conhecimentos, tendo em vista assessorar as autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução e o acompanhamento de suas políticas.*⁹⁷

⁹³ Sócrates da Costa Monteiro, 1998.

⁹⁴ Ivan Mendes, 1995. p.166.

⁹⁵ Mais informações sobre estas mudanças podem ser encontradas In: OLIVEIRA. *A História da atividade de inteligência no Brasil*.

⁹⁶ Decreto 96.814 de 28 de setembro de 1988.

⁹⁷ Manual de informações, 1989. apud OLIVEIRA. *A história a atividade de inteligência no Brasil*, p.85.

De acordo com Sérgio Porto, no final do mandato do presidente Sarney, criou-se no SNI um Grupo de Trabalho, que tinha a função de estudar as novas necessidades da agência, organizacionais e estruturais, com o objetivo de propor novas medidas que permitissem a adaptação da agência à nova realidade política do país. Mas o SNI foi extinto antes de esse projeto ser concluído.

Seção II

Marinha

A Marinha foi a primeira das três forças a se preocupar com a área de informações. Ainda no início da Guerra Fria criou o Serviço Secreto da Marinha (SSM) que teve como primeiro diretor o capitão-tenente Humberto Fitipaldi. Na realidade, este serviço somente foi regulamentado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha (SIM).⁹⁸ O Ministério da Marinha, desta forma, tornou-se o primeiro a instituir seu órgão de informações singular, voltado especificamente para o trato das questões relacionadas à força.

O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), órgão que se tornou famoso durante o regime militar devido à sua opacidade e eficiência, foi criado em novembro de 1957 através do decreto 42.687. Este decreto alterou a estrutura do Estado Maior, desmembrando o Serviço Secreto da Marinha da estrutura orgânica do estado Maior da Armada, constituindo o CENIMAR. Ele tinha como finalidade obter informações de interesse da Marinha e ficou subordinado diretamente ao Estado Maior da Armada.

O decreto que seguia à sua criação aprovava o regulamento do CENIMAR.⁹⁹ De acordo com ele, o Centro era dividido em 4 seções: seção de busca de informações, seção de registro de informações, seção de seleção de informações e seção de serviços gerais. O seu quadro de pessoal era formado por um diretor, que teria que ser um capitão de Mar e Guerra do Corpo da Armada, um vice-diretor, que teria que ser um capitão de Fragata, e de

⁹⁸ Aviso Ministerial 2.868 de 05 de dezembro de 1955.

⁹⁹ Decreto 42.688 de 21 de novembro de 1957.

três encarregados de divisão, que deveriam ser capitães de Corveta do Corpo da Armada, além dos oficiais e praças que se fizessem necessários.

Antes do final dos anos 1970 e do surgimento da luta armada o CENIMAR tinha seu funcionamento totalmente direcionado para questões relacionadas à diplomacia e aos problemas da Marinha, como controle de fronteiras marítimas e preocupação com o pessoal da corporação. A partir de 1968, com o endurecimento do regime e o aumento das ações desencadeadas pelos grupos de esquerda, o CENIMAR teve suas diretrizes redimensionadas. Assim como nas outras duas forças, foi atribuída à Marinha a tarefa de combater os grupos de esquerda e de zelar pela segurança nacional. Neste sentido, foi aprovada uma nova estrutura para o Ministério da Marinha, através do Decreto 62.860 que responsabilizava a Marinha de Guerra, por “garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, através do emprego do poder marítimo.”¹⁰⁰ Até então, o CENIMAR ainda funcionava subordinado ao Estado Maior da Armada. Foi apenas em março de 1971 que passou a ser subordinado diretamente ao ministro da Marinha, que ampliou sua atividade com a finalidade de intensificar o combate à subversão.¹⁰¹ Uma nova alteração em sua estrutura somente seria realizada no final de 1986, quando passou a se denominar Centro de Informações da Marinha (CIM).¹⁰²

Informações precisas sobre o CENIMAR são muito difíceis. O serviço de informações da Marinha é considerado o mais fechado, mesmo para os oficiais de outras forças que também trabalhavam na área de informações durante a ditadura. O general Adir Fiúza de Castro, um dos responsáveis pela criação do Centro de Informações do Exército (CIE), por exemplo, afirma em seu depoimento nada conhecer sobre o funcionamento do CENIMAR, mesmo tendo boas relações com o diretor desse órgão, o almirante Teixeira de Freitas, à época em que servia no CIE.¹⁰³

Segundo o almirante Ivan da Silveira Serpa, ministro da Marinha durante o governo Itamar Franco, o CENIMAR era formado por uma maioria de civis e apenas 6 oficiais e funcionava numa pequena sala dentro do Ministério da Marinha, no Rio de Janeiro. Esta

¹⁰⁰ Decreto 62.860 de 18 de junho de 1968.

¹⁰¹ Decreto 68.447 de 30 de março de 1971

¹⁰² Decreto 93.188 de 29 de agosto de 1986.

¹⁰³ O almirante Teixeira de Freitas foi chefe do serviço de informações da Marinha de novembro de 1957 a novembro de 1961; de abril de 1964 a dezembro de 1965 e de abril de 1967 a março de 1968.

maior presença de civis se justificaria pelo fato de que os oficiais precisavam seguir carreira. Na Marinha, de acordo com os depoimentos, servir ao CENIMAR não era uma posição cobiçada, pois obstaculizava a carreira. Além do mais, os oficiais não podiam permanecer por muito tempo no Centro, onde havia uma certa rotatividade entre os funcionários, de forma a evitar que as pessoas se apropriassem do serviço de forma privada, ou, como disse o almirante Mauro César Rodrigues, ministro da Marinha durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, “para que não se criassem donos da área.” Segundo o almirante Serpa, os oficiais que na Marinha se especializavam em informações eram enviados para trabalhar no SNI.

No começo do regime militar o CENIMAR tinha como responsabilidade centralizar as informações das 2^{as} seções, que respondiam pelo setor de informações no Estado Maior da Armada. Segundo Serpa, não havia no Estado Maior uma jurisdição específica para tratar da área de informações. Desde o momento de sua criação, o CENIMAR estaria voltado para questões externas e problemas relacionados à força e seria a partir do regime militar que passou a acompanhar as associações de fuzileiros navais e marinheiros e a se preocupar com as forças de esquerda no Brasil.¹⁰⁴

O CENIMAR, segundo as opiniões da “comunidade de informações”, organizou o maior acervo de informações do país sobre as forças de esquerda. Dentro do Centro eram designados oficiais para realizar estudos sobre estas organizações, e cada qual especializava-se em uma organização determinada. Segundo grande parte dos depoimentos aqui mencionados, o CENIMAR se tornou um dos mais profundos conhecedores da doutrina e do funcionamento do PCB, conhecendo inclusive seus membros e suas divergências teóricas.¹⁰⁵

Além de realizar estudos sobre a esquerda, o CENIMAR também infiltrava pessoas dentro dos navios. Segundo o depoimento do almirante Henrique Sabóia, ministro da Marinha durante o governo Sarney, não se tratavam de agentes externos, mas normalmente de pessoas nomeadas pelo próprio comandante do navio. O almirante até concorda que tenha havido um ou outro caso de ter agentes dentro do navio que o comandante não conhecesse, mas afirma que em 95% dos casos o comandante muito provavelmente sabia.

¹⁰⁴ Ivan Serpa, 1997.

¹⁰⁵ No PCB havia quatro oficiais da Marinha infiltrados, além de agentes dos outros serviços de informações.

A não ser quando fosse o caso de o próprio comandante merecer alguma vigilância especial por parte do CENIMAR.¹⁰⁶

A partir da divulgação das Diretrizes Especiais no governo Médici e com a entrada do CENIMAR no combate à luta armada juntamente com os vários órgãos a elas subordinados, o CENIMAR cresceu substancialmente, tendo sua estrutura revista apenas no ano de 1986, no final do regime militar.¹⁰⁷

Exército

O CIE foi criado durante o governo Costa e Silva através do Decreto 60.664 de 2 maio de 1967. De acordo com este decreto ficava subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior do Exército — EME. Mas no governo Emílio Médici, o ministro do Exército, o general Orlando Geisel, subordinou o CIE diretamente ao Ministério do Exército.¹⁰⁸ Novas alterações em sua estrutura, ocorreram apenas em 1986, quando foi dada nova organização ao Ministério do Exército.¹⁰⁹

O CIE era o serviço de informações que contava com o maior quadro de pessoal e o que mais se empenhou no combate à luta armada. Criado em função do combate à subversão, foi principalmente no governo Médici que o CIE cresceu. Naquela ocasião, o ministro do Exército era o general Orlando Geisel e o CIE funcionava sob a chefia do general Milton Tavares. Tavares foi um dos grandes planejadores do combate à repressão naquela época e contou com amplo apoio da Presidência e do Ministério do Exército para exercer suas funções.

Antes da criação do CIE o órgão de informações do Exército era a 2ª Seção do Estado Maior, formada pelas E2. A 2ª Seção produzia informações sobre os exércitos de outros países, sua organizações, estruturas, material bélico etc. Ali centralizavam as informações que seguiam para o chefe do Estado Maior e do EME e para o ministro do Exército. Segundo o depoimento do general Ivan Mendes, ela também era responsável

¹⁰⁶ Henrique Sabóia, 1998.

¹⁰⁷ As Diretrizes Especiais são encontradas no Decreto 66.862 de 08 de junho de 1970 e serão exploradas posteriormente.

¹⁰⁸ Esta informação foi retirada do depoimento do general Antônio Luiz da Rocha Veneu, pois não foi localizado o decreto que fez esta mudança. Antônio Veneu, 1997.

¹⁰⁹ Decreto 93.188 de 29 de agosto de 1986.

pelas informações sobre a situação nacional. Recebia informações do EME e de outras fontes e as repassavam para o ministro do Exército.¹¹⁰ Segundo a perspectiva de vários oficiais entrevistados, faltavam a estes órgãos os mecanismos que lhes possibilitassem agir de forma mais rápida e eficiente. E decorria disto, portanto, a necessidade de criar um centro de informações dentro do Exército.

O general Adyr Fiúza de Castro foi um dos primeiros oficiais a organizar um curso de informações dentro do Exército, foi quando assumiu a chefia da 2ª seção do EME, no final do governo Castello Branco. De acordo com o general, as 2ªs Seções eram muito inócuas no que dizia respeito às informações internas, faltavam-lhes coordenação. Elas eram capazes de recolhê-las, processá-las e no entanto não sabiam o que fazer com o resultado deste trabalho. A criação do CIE teria sido uma sugestão do general Fiúza, como forma de solucionar o problema das 2ªs Seções, o que contou com o total apoio do general Sívio Frota, então chefe do gabinete do ministro Lyra Tavares.

O general Fiúza tornou-se o primeiro chefe do CIE. De acordo com seu depoimento, logo que o CIE foi ativado passou a receber informações de todos os E2, do CENIMAR, do CISA, do SNI e do Departamento de Polícia Federal e a centralizá-las.¹¹¹ O CIE começou a funcionar no 8º andar do Ministério da Guerra, na avenida Presidente Vargas e contava com aproximadamente 80 pessoas. Segundo o general Fiúza, era formado, sobretudo, pelo pessoal antigo da 2ª Seção do Estado Maior: sargentos, arquivistas, fotógrafos e especialistas em microfilmagens. Haveria entre eles pessoas capacitadas para abrir fechaduras e entrar em locais privados, além de cerca de 50 pessoas que ficavam responsáveis pela escuta, nos 50 canais telefônicos que o CIE possuía.¹¹² O CIE ainda dispunha de uma rubrica específica que era usada para pagar agentes informais: os “olheiros do CIE”, como reconheceria o general Antônio Veneu.¹¹³

As funções do CIE nada tinham a ver com os problemas relacionados a questões externas, pois, ao contrário do Serviço Secreto da Marinha, o CIE foi criado justamente com o objetivo de combater a subversão. Os problemas relacionados às questões externas

¹¹⁰ Ivan Mendes, 1995. p.167.

¹¹¹ A relação entre os vários serviços de informações durante o regime militar ainda é um assunto controverso, procuraremos explorá-lo na última parte deste capítulo.

¹¹² Fiúza de Castro, 1994. p.42.

¹¹³ Antônio Veneu, 1997.

continuaram sob a responsabilidade das 2^{as} Seções do Estado Maior. Na estrutura do CIE foi criada também uma seção responsável pela contra-informação. O coronel Cyro Guedes Etchegoyen foi um dos responsáveis pela montagem desta seção no CIE, que, inicialmente, era formada por um oficial e dois sargentos. Em termos conceituais, pelo que pode ser observado em seu depoimento, a concepção de contra-informações é um pouco diferente da que abordamos anteriormente. De acordo com a concepção aqui trabalhada, a contra-informação diz respeito à proteção das informações e no CIE o setor de contra-informações foi usado como proteção no sentido de segurança pessoal, de escolta. Como podemos confirmar com o caso das comemorações do Sesquicentenário da Independência. Coube ao setor de contra-informações, segundo o depoimento do coronel Cyro, fazer a segurança do evento: “Era uma responsabilidade muito grande, principalmente para um tenente-coronel. As dificuldades eram muitas.” Outro exemplo:

Uma das principais [dificuldades] dizia respeito ao efetivo necessário para atender às missões normais de segurança do ministro e dos generais de gabinete. Começamos com um oficial e dois sargentos, e tivemos que crescer para poder cumprir nossa missão.¹¹⁴

Mas dentro do Exército, os setores que diziam respeito estritamente à segurança, eram os CODI's (Centro de Operações e Defesa Interna) e os DOI's (Destacamentos de Operações Internas).¹¹⁵ Os CODI's e os DOI's foram criados a partir da divulgação das Diretrizes Especiais para a Defesa Interna, um portaria em que o presidente Médici atribuiu ao Exército e ao comando da Amazônia, a responsabilidade pela segurança interna das áreas sob sua jurisdição.

Segundo o depoimento do general Rubens Denys, esta diretriz teve suas origens na subchefia política do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e atribuiu ao ministro do Exército, naquele momento, o general Orlando Geisel, a responsabilidade pela direção de todas as ações repressivas do Estado. Com exceção das informações do SNI, que eram centralizadas na Agência Central, todas as questões relativas à repressão foram conduzidas pelos CODI's e pelos DOI's, que passaram a operar em

¹¹⁴ Cyro Etchegoyen, 1994. p.113.

¹¹⁵ Estes órgãos ficaram conhecidos durante a repressão, através da sigla DOI-CODI. Entretanto, eram os Destacamentos de Operações Especiais que estavam subordinados aos Centros de Operação e Defesa Interna.

conjunto com as polícias estaduais e federais, sob a direção e coordenação geral do ministro do Exército. A esta estrutura e este conjunto de operações se deu o nome de Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGINT).

De acordo com grande parte dos depoimentos coletados, os CODI's e os DOI's foram criados com a responsabilidade de coordenar as operações de repressão à luta armada, evitar o desperdício de esforços que vinha ocorrendo e evitar que estes órgãos “batessem a cabeça entre si.”¹¹⁶

Os CODI's foram as unidades de comando responsáveis pelas operações de repressão à luta armada. Funcionavam dentro do Exército e cada 2ª Seção tinha o seu Comando de Operações, dirigido pelo chefe do Estado Maior do escalão considerado. Os CODI's ficavam subordinados ao EME e não ao CIE e tinham uma característica peculiar: funcionavam com membros das três forças armadas, cujos órgãos de informações deveriam repassar-lhes as informações do que estava acontecendo em suas áreas específicas.

Apesar de coordenada pelo Ministro do Exército, a diretriz não estabelecia nenhum sentido de subordinação das outras duas forças ou mesmo do SNI em relação ao Exército. Segundo o general Moraes Rego, assessor do presidente Ernesto Geisel, esta estrutura organizacional não se desenvolveu de forma harmoniosa, pois sempre dependeu de dois fatores: do relacionamento entre os comandantes das forças singulares e da relação dos governadores estaduais com seus meios policiais específicos.¹¹⁷

Os DOI's eram subordinados aos CODI's e funcionavam como seus braços operacionais. De acordo com o general Moraes Rego surgiram em São Paulo e teriam sido inspirados na Operações Bandeirantes (OBAN) do delegado Sérgio Paranhos Fleury.¹¹⁸

Geralmente estas unidades eram comandadas por um tenente coronel, que nesta função tinha as mesmas prerrogativas de um comandante. De acordo com o depoimento do general Fiúza de Castro, eram chamadas destacamentos porque não possuíam uma estrutura detalhada e uma organização fixa, sua estrutura variava de acordo com as necessidades que surgissem. Os DOI's estavam voltados estritamente para a ação e recebiam contribuições

¹¹⁶ Dentre os depoentes que concordam com esta perspectiva, podem ser citados os generais Octávio Costa, Adyr Fiúza de Castro e Leônidas Pires Gonçalves. In: D'ARAUJO, SOARES e CASTRO. *Os anos de chumbo*, 1994.

¹¹⁷ Moraes Rego, 1994. p.155.

¹¹⁸ A OBAN montada em São Paulo no final da década de 60 para combater a repressão, era uma organização mista, formada por civis e militares, que contou com recursos do empresariado paulista.

de vários setores: das polícias militares, federais, dos destacamentos de operações do Exército. De acordo com o general Fiúza, ainda que não contassem com uma colaboração efetiva do CENIMAR, os DOI's também recebiam apoio dos fuzileiros do Distrito Naval.¹¹⁹ Apesar de funcionarem em conjunto com os Estados Maiores, ao que parece, os centros de informações das Forças Armadas, em específico, CISA e CENIMAR, não colaboravam muito com os DOI's. Formalmente estavam acima dos DOI's, pois ficavam subordinados diretamente aos seus respectivos ministros e estes eram apenas as agências locais.¹²⁰

Apesar de funcionarem subordinados ao CODI, os DOI's mantiveram um alto grau de autonomia. Segundo Moraes Rego, suas atividades eram reservadas, seu pessoal não andava fardado e usava viaturas disfarçadas.¹²¹ Possuíam instalações próprias, para onde levavam as pessoas que prendiam. Dentro do SISSEGINT eram os responsáveis pela realização das batidas, da prisão de suspeitos e pela realização de interrogatórios.¹²² Normalmente, os interrogadores eram membros do próprio DOI, alguns que até haviam feito cursos de interrogatório na Inglaterra, no *British Information Service* – BIS [sic].¹²³

De acordo com o general Fiúza, o funcionamento do DOI se dava da seguinte forma:

*O DOI pega, guarda e interroga. (...) Na captura, em geral, os chefes das diferentes turmas são tenentes, capitães, e a turma é constituída de sargentos. (...) O pessoal da captura não é o mesmo do interrogatório. (...) As informações eram repassadas à 2ª seção do EME, onde 10 a 15 oficiais especialistas trabalham nisto.(...) No interrogatório, o interrogador tinha que ser um homem calmo, frio, inteligente e firme. (...) Havia sempre um superior lhe monitorando. (...) Quem caía ia para a planilha. (...) As pessoas podiam ficar 30 dias presas, sendo 10 dias de incomunicabilidade.*¹²⁴

Este tipo de ação desenvolvida pelos CODI's e DOI's, órgãos que contavam com um amplo apoio e participação dos serviços de informações civil e das Forças Armadas e a atuação destes serviços são os principais responsáveis pela associação que a sociedade

¹¹⁹ Fiúza de Castro, 1994. p.52.

¹²⁰ A relação entre os serviços de informações será discutida na última parte do capítulo.

¹²¹ Moraes Rego, 1994. p.155.

¹²² Aparelho era o termo designado pelos grupos de esquerda para definir o local em que ficavam, durante o tempo em que agiam clandestinamente.

¹²³ Apesar de nos depoimentos dos generais Moraes Rego e Fiúza de Castro aparecerem o nome *British Information Service* o nome do serviço de inteligência se chama *Secret Intelligence Service* desde sua criação em 1921.

¹²⁴ Fiúza de Castro, 1994. p. 60-61.

brasileira faz entre atividade de informações e segurança e atividade de informações e operações clandestinas.

Aeronáutica

O ministério da Aeronáutica foi o último ministério das Forças Armadas a criar um serviço de informações próprio. Inicialmente foi criado apenas como um núcleo, o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA) em julho de 1968, no governo Costa e Silva.¹²⁵

O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier foi o responsável dentro da Aeronáutica por sua elaboração. Em 1967 o brigadeiro havia sido adido aeronáutico no Panamá, onde fez um curso de informações. De acordo com seu depoimento, Burnier e mais três oficiais passaram 6 meses estudando *intelligence* na Escola de Inteligência Militar no Fort Gullick, na cidade de Balboa, no Panamá. Fort Gullick recebia estudantes de vários países da América do Sul, como a Argentina, Chile, Peru, Venezuela, assim como do Brasil, e todos os oficiais que estudavam lá eram formados dentro da idéia de combate ao comunismo.¹²⁶

De acordo com Burnier, assim que foi designado para ir ao Panamá, o ministro da Aeronáutica firmou com ele um compromisso de que, na ocasião própria, seria criado um serviço de informações na Aeronáutica. Designariam o pessoal necessário para o preenchimento dos quadros, que seria recrutado e treinado.

Desta forma, assim que voltou ao Brasil em janeiro de 1968, Burnier foi nomeado para chefiar a 2ª Seção do gabinete do ministro. Foi quando começou a elaborar as estruturas do futuro N-SISA. De acordo com ele, não havia a mínima condição de a 2ª Seção, responsável pelo setor de informações do ministério da Aeronáutica realizar coleta de informações, pois “contava apenas com um auxiliar, que era um telefonista, um tenente e o coronel Maciel, que era o antigo chefe.”¹²⁷

A estrutura do N-SISA criada em julho de 1968 seguiu os modelos do CIE e do CENIMAR. Conforme compromisso estabelecido com o ministro da Aeronáutica, Burnier,

¹²⁵ Decreto 63.006 de 17 de julho de 1968.

¹²⁶ João Paulo Moreira Burnier, 1994. p.182.

¹²⁷ João Paulo Moreira Burnier 1994. p.187.

seu primeiro chefe, fez a relação das pessoas que fariam parte do Núcleo e mandou-as para o treinamento. Este pessoal fez especializações no Panamá, na Escola Superior de Guerra e também nos cursos ministrados pelos oficiais que fizeram o curso no Panamá com o brigadeiro.

Segundo Burnier, foram criadas as seções de arquivo e de operações. Para sua implementação, o Núcleo recebeu verbas especiais e autorização para comprar equipamentos no exterior através dos adidos aeronáuticos e o N-SISA foi montado com equipamentos de última geração. Foram compradas máquinas fotográficas, aparelhos de escuta, aparelhos de visão, gravadores e até mesmo um misturador de vozes vindo da Alemanha.¹²⁸ Em 1969 o Núcleo já haveria se desenvolvido amplamente e se inserido em todas as unidades da Força Aérea Brasileira.

Para se adaptar às novas funções determinadas pelo SISSEGINT, através das Diretrizes Especiais do governo Médici, em 1970, a Aeronáutica extinguiu o N-SISA e criou o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), como órgão de assessoramento do Ministério da Aeronáutica e a ele diretamente subordinado.¹²⁹ De acordo com o decreto, o CISA incorporou todo o acervo da extinta 2ª Seção do gabinete do Ministério da Aeronáutica, do N-SISA e parte da 2ª Seção do Estado Maior da Aeronáutica.¹³⁰ Desta forma, passou a funcionar no gabinete do ministro, para quem fornecia resumos diários e manteve as ligações com todas as 2ªs Seções do EMA estabelecidas pelo Núcleo.¹³¹

No CISA, assim como acontecia no CENIMAR, também foram designados oficiais para acompanhar as forças de oposição no país. Foram criados grupos para analisar as táticas que usavam e elaborar contra-táticas a serem empregadas.

Mas à época de Burnier, parece que o leque de estruturas consideradas subversivas era um pouco mais amplo do que nas demais forças. Os tenentes estudavam desde a

¹²⁸ João Paulo Moreira Burnier 1994. p.189.

¹²⁹ Decreto 66.608 de 20 de maio de 1970.

¹³⁰ Decreto 66.608 de 20 de maio de 1970.

¹³¹ De acordo com o depoimento do brigadeiro, havia uma grande cooperação entre o CISA e os vários comandos da Aeronáutica, tendo como principais exemplos: a 3ª zona aérea, localizada no Rio, as bases do Galeão, dos Afonsos, de Santa Cruz, o Depósito Central de Intendência, a Diretoria de Rotas Aéreas, além da diretoria de Aeronáutica Civil.

atuação da Igreja progressista, passando pelo Partido Comunista, até os grandes teóricos do momento, como Régis Debray e Herbert Marcuse.¹³²

A convivência do ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Márcio de Souza, com o radicalismo do brigadeiro Burnier começou, em um certo momento, a incomodar a própria oficialidade da Aeronáutica. O CISA teria passado a extrapolar seus limites, interferindo no comando de outras áreas sem autorização e conhecimento do oficial responsável. Normalmente, os oficiais de informações eram propostos pelo comandante, mas antes eram aprovados pelo CISA. Não bastasse esta aprovação, o CISA passou a nomear secretamente pessoas para a função de informações. Estes agentes repassavam ao CISA relatórios exclusivos, informações secretas, sem o conhecimento de seu superior. Isto era grave, pois dentro das Forças Armadas, a indisciplina e a desobediência hierárquica eram (são) as piores faltas cometidas. De acordo com o ex-ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, o chefe de informações passou a ter tanta força quanto um comandante. Os comandantes passaram a ser espionados pelo próprio CISA.¹³³

Por outro lado, de acordo com os depoimentos recolhidos pelo CPDOC, mais de 90% da força estava alheia às atividades desempenhadas pelo CISA, maioria que passou a se sentir incomodada com sua atuação, principalmente no que dizia respeito ao seu desempenho dentro da Aeronáutica.

Um fato ocorrido ainda em 1970, foi a gota d'água para que este órgão fosse reformulado. Foram enviados à serra do Cachimbo mais de 30 oficiais intendentess que o CISA vinha acusando de corrupção. Estes oficiais foram segregados e submetidos a um intenso inquérito. Este episódio possibilitou aos demais oficiais da Força questionar a postura que vinha sendo adotada até então pelo gabinete do ministro Márcio de Souza e pelo brigadeiro Burnier. Em resposta a este episódio, o presidente Médici demitiu o ministro Márcio e afastou o brigadeiro Burnier do Centro de Informações.

Segundo o depoimento do brigadeiro Mauro Gandra, ex-ministro da Aeronáutica do governo Fernando Henrique, com a saída do Burnier do CISA e a entrada do brigadeiro Araripe no ministério, o CISA sofreu profundas modificações. A maioria do pessoal que atuava no CISA foi mandada para a reserva e houve uma profunda diminuição de sua parte

¹³² Moreira Lima, 1998.

¹³³ Moreira Lima, 1998.

operacional. O brigadeiro Araripe teria retirado o CISA do processo de combate à repressão e o direcionado às questões inerentes à Aeronáutica.¹³⁴

No âmbito destas mudanças, o ministro Délio Jardim de Mattos, já no começo do processo de abertura, propôs uma reforma que pretendia desvincular o CISA do ministério da Aeronáutica e subordiná-lo ao EMA. Não conseguiu que essa transferência fosse aprovada. Mas os reflexos nas mudanças de concepção ficaram explícitos na nova nomenclatura do órgão, que, em 1987, passou a se chamar Centro de Informações da Aeronáutica – CIA.¹³⁵

Apesar das mudanças ocorridas, ainda permaneceram vários dos antigos resquícios na estrutura do CIA. O ministro Moreira Lima que assumiu o Ministério da Aeronáutica em 1985, acreditava que ainda era preciso fazer novas alterações neste campo. “Não havia necessidade de termos um serviço tão grande como tínhamos, com ramificações em várias áreas do Brasil.”¹³⁶ Desta forma, segundo ele, encomendou ao Estado Maior da Aeronáutica que se fizesse um estudo sobre a situação do CIA. Constatada a grande estrutura que ainda mantinha e a falta de necessidade de um serviço de informações daquela envergadura, o ministro extinguiu o CIA e criou em seu lugar a Secretaria de Inteligência da Aeronáutica (SECINT), que incorporou algumas de suas seções. A Secretaria foi criada com uma estrutura bem mais modesta do que a do antigo Centro e continuou com a função de assessorar o ministro e os demais órgãos do Ministério. A diferença era que a partir de então caberia a ela assessorar “com os conhecimentos necessários a formulação e execução da Política Aeroespacial.”¹³⁷ Moreira Lima também destacou duas áreas que se tornariam prioridades do setor de informações para a Aeronáutica: os conflitos regionais da América do Sul, sob os quais mantinha vigília permanente e a área de desenvolvimento armamentista.

Após estas mudanças ocorridas em 1987, a legislação pertinente ao CIA somente foi alterada em 13 de janeiro de 88, quando a Aeronáutica recriou o CISA, através do decreto 95.638, para extingui-lhe no decreto 95.638 do referido dia 13 de janeiro de 1988.

¹³⁴ Mauro Gandra, 1998.

¹³⁵ Esta informação foi encontrada In: LAGOA, Ana. *SNI – como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.35.

¹³⁶ Moreira Lima, 1998.

¹³⁷ Decreto 95.637 de 13 de janeiro de 1988.

A partir do começo da década de 1990 todos esses serviços das forças armadas vão passar por novas reformulações e alterar suas nomenclaturas de serviço de informações para serviços de inteligência.

A abordagem a estas alterações será feita no decorrer do quarto capítulo, onde serão analisados os serviços de inteligência no Brasil nos últimos 10 anos. Esta abordagem nos permitirá observar se realmente houve mudanças significativas no trato com as informações e com a atividade de inteligência em si ou se ocorreu apenas uma mudança de nome, em estratégia para afastar os atuais centros de informações do estigma que lhes foi atribuído durante o regime militar.

A construção destes estigma será o ponto principal do próximo capítulo. Por enquanto, este capítulo nos possibilitou perceber as especificidades da formação da comunidade de informações brasileira que fizeram com que tivesse forma distinta das demais países ocidentais.

Sempre quando questionados sobre a elaboração dos serviços de informações brasileiros, os militares se reportaram aos padrões ocidentais como modelo para a construção da rede. No Brasil, entretanto, a construção da comunidade de informações passou por processos históricos muito distintos. Sua criação não fez parte da racionalização e complexificação estatal ocorrida nas formas de governo durante o século XX e não foi o resultado do aperfeiçoamento do aparato de guerra. Assim como em boa parte dos estados latino-americanos, o desenvolvimento da comunidade de informações no Brasil obedeceu apenas a uma das duas etapas históricas enfrentadas pelos países ocidentais, ainda que em dimensões e circunstâncias diferentes: a especialização da atividade como função policial e repressiva.

A construção da comunidade de informações brasileira não foi construída tendo como base estes modelos ocidentais. A maioria destes países possui agências técnicas especializadas para cada tipo de atividade e têm suas áreas de atuação claramente delimitadas. O modelo adotado no Brasil, como observamos no caso do SNI, é o modelo centralizado do serviço de inteligência russo, a KGB. Os oficiais brasileiros que foram ao exterior estudar a estrutura destes serviços e as doutrinas de informações para aplicá-los no país parece que não se detiveram no estudo sobre a estrutura da CIA, FBI ou SIS. Dentro do

contexto de Guerra Fria, valorizaram a doutrina elaborada por estes países, e exportada para uma série de outros, com o objetivo de combater e erradicar a ameaça comunista e a expansão da influência soviética. Foram doutrinados a doutrinar.

O próximo capítulo permitirá elucidar ainda mais estas diferenças que ficam explícitas na definição das responsabilidades dos serviços de informações brasileiros durante o regime militar. Veremos onde a prática dos serviços de informações brasileiros se distinguiram do conceito padrão ocidental elaborado para a atividade de inteligência.